

política

Funrigs e articular fundo Sul e Sudeste

Perfil



FOTOS: FERNANDA BIGIO DAVOGLIO/ESPECIAL/JC

Luciano Zucco (PL) nasceu no Alegrete, cresceu na Serra Gaúcha e mais tarde morou e estudou em Porto Alegre. É casado com Joyce Zucco e é pai de Valentina, Teodoro e Antônia. É militar de carreira formado pela Academia Militar das Agulhas Negras, serviu na Brigada de Infantaria Paraquedista, onde se especializou como sniper e mestre de salto. É mestre em Ciências Militares e em Inteligência Estratégica, especialista em Negociação e Gerenciamento de Crises, além de ser pós-graduado em Docência do Ensino Superior e MBA Executivo em Segurança

Privada. Ao longo da carreira, atuou no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, participou de missões oficiais no Brasil e no exterior e comandou a inteligência das operações de segurança no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro. Também foi professor do Colégio Militar de Porto Alegre. Em 2018, concorreu pela primeira vez a um cargo eletivo e foi eleito o deputado estadual mais votado do RS, com 166.747 votos. Em 2022, chegou a deputado federal novamente como o mais votado da bancada gaúcha, com 259.023 votos.

governador do Paraná e falar da Malha Sul. Eles estavam querendo trabalhar uma concessão dividindo (a Malha Sul) em três blocos, e o bloco nosso ia ser o menos atrativo. Então tem que mostrar que somos estrategicamente a entrada do Mercosul. É o nosso estado que faz fronteira com dois países, com um grande parceiro comercial, que é a Argentina. A gente tem que impulsionar a ferrovia, porque ela é três vezes mais barata que o modal rodoviário.

JC - No modal rodoviário, o atual governo propôs concessões dos chamados blocos 1 e 2 de rodovias. Como avalia?

Zucco - Primeiro, antes de mais nada, sou totalmente favorável às concessões. Agora, não a uma concessão que tem 50 apontamentos - todos do Tribunal de Contas do Estado - voltados para o aumento de tarifa. Vou dar um exemplo: de Lajeado a Passo Fundo, no bloco 2, hoje se cobra de um caminhoneiro R\$ 30. Sabe quanto seria (com a conces-

são)? R\$ 200. Talvez por isso que não tenha tido interesse. Olha o que fez o estado do Paraná: concessões mistas. Pegaram rodovias federais de grande fluxo com rodovias de menor fluxo estaduais, e juntaram esta concessão, e a tarifa ficou baixa e atrativa. É importante falar que tanto o bloco 2 quanto o bloco 1 a gente pretende, até porque há um recurso destinado para isso - em torno de R\$ 3 bilhões, e R\$ 1,5 bilhão para cada bloco -, executar inclusive com o Daer, fortalecendo o Daer.

JC - Qual o papel do Daer e da EGR?

Zucco - A EGR vamos extinguir. Não há motivo de se manter a EGR. Mas fortalecendo o Daer, existem técnicos, existem qualificações. A gente estava verificando que, com este valor, consegue fazer, sim, uma ampla estratégia de duplicação, de terceiras faixas, de viadutos, de sinalização. E após a execução destes R\$ 3 bilhões, senta-se com a sociedade e aí sim é necessária uma conces-

são. Agora, não dá para colocar uma concessão sem diálogo, sem transparência, uma concessão cara, que ninguém aceitou.

JC - O senhor disse que pretende criar 20 escolas Tiradentes no RS. Com quais recursos?

Zucco - O modelo cívico-militar, que é de minha autoria (legislação estadual que trata disso), é importante salientar: é da sala de aula para fora. A Matemática continua sendo a mesma, a Geografia continua sendo a mesma, a História continua sendo a mesma. O modelo Tiradentes, hoje - e inclusive a gente quer dar uma readequada -, ele emprega, inclusive, profissionais que estão na ativa. A nossa intenção de ampliar é com os chamados PME (Programa Mais Efetivo), aquele pessoal que é da Brigada, mas não está mais na ativa. Eles serão chamados, aqueles que participaram de Proerds (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência), que têm algum tipo de ligação com o lado pedagógi-

co. E temos, hoje - respondendo também de onde o recurso -, um recurso já, uma negociação do governo com o Judiciário, de uma ampliação do repasse da educação, como também tem uma ampliação do repasse à saúde - 12% no caso da saúde e educação são 25% (das receitas). Então, a gente entende que esta ampliação é totalmente favorável.

JC - Mais da metade dos professores da rede estadual tem contratos emergenciais ou temporários. O que pretende fazer em relação a isso?

Zucco - A gente tem que ter a responsabilidade fiscal. A gente sabe que, infelizmente, o governo que defende, e que se diz o governo do equilíbrio fiscal, está entregando um déficit (primário) para o próximo governador de R\$ 4,8 bilhões. Então não cabe eu chegar agora e passar um diagnóstico de como será essa questão do recompletamento, mas digo: o ambiente escolar vai melhorar. Vamos valorizar o professor que entregar resultado. Entendemos, sim, a necessidade da valorização, e faremos, mas com responsabilidade fiscal.

JC - O governo firmou acordo com o Ministério Público para postergar até 2030 o cumprimento do mínimo constitucional de 12% da receita para saúde. Pretende seguir o acordo, antecipar?

Zucco - Eu escutei todo o RS no nosso projeto chamado Força Gaúcha. Várias regiões têm suas demandas locais, mas tem uma que é do Estado: saúde pública. São 800 mil gaúchos na fila de espera para exames, consultas, cirurgias. Problema de regionalização, especialidades, problemas de repasses do Programa Assistir - só a Grande Porto Alegre perdeu mais de R\$ 200 milhões -, problemas Gercon (Gerenciamento de Consultas). A gente tem que fazer várias adequações. É lógico que qualquer candidato vai responder que quer antecipar o mais rápido possível (o cumprimento dos 12%), mas aquele que é responsável vai dizer: vamos fazer todo o esforço para antecipar.

JC - O RS tem melhorado em diversos indicadores de segurança pública, mas os feminicídios seguem em alta. Que ações pretende apresentar?

Zucco - Esta pergunta é extremamente importante. O gaúcho ainda se sente inseguro. Não é o fato de melhorar os índices de furto e roubo de celulares ou de carros. Somos campeões de feminicídios, olha que triste. Somos campeões em crimes virtuais. Somos campeões em núme-

ro de facções: 15 grupos de facções. Então, rapidamente, vamos acabar com esta história de que quem manda nos presídios são as facções. Sabe qual é a primeira pergunta que um criminoso responde quando ele chega no sistema prisional? 'Qual é a sua facção?' Não perguntam qual o crime, quanto tempo vai ficar. E por que eles fazem esta pergunta? Porque eles separam por facções. E aí se está montando escritórios do crime. Ali de dentro que sai o crime virtual, planejamento de sequestro, de homicídio. Temos que perguntar e separar pela periculosidade. Pegar líderes de facção e mandar para presídios federais. Desarticular, asfixiar financeiramente. E feminicídio é tolerância zero ao agressor. Vamos ter um protocolo nunca visto, prioritário em todas as delegacias. Notificação imediata do agressor, e vamos ampliar a parceria com o Ministério Público (MP). Hoje nós temos em torno de 20 mil medidas protetivas, e sabe quantas torçozeleiras? Mil. Temos que ampliar com parceria do MP. Vamos acabar com as comunicações entre o agressor e a vítima, seja por redes sociais ou comunicação efetiva. Suspender de forma imediata qualquer tipo de porte ou posse de arma. Vamos ter um protocolo único. Em Itaqui ou Porto Alegre vai ser a mesma coisa.

JC - Sobre proteção contra cheias, pretende seguir o plano apresentado e em execução pela atual gestão ou fazer alterações?

Zucco - Tudo que for bom a gente vai manter. Mas o que está sendo bom? Estamos há dois anos (das enchentes de 2024), e não tem uma licitação assinada - R\$ 7 bilhões do Firece (Fundo de Apoio à Infraestrutura para Recuperação e Adaptação a Eventos Climáticos Extremos) e não tem uma licitação assinada. governo não está preparado, é um governo reativo. Nem o sistema de proteção está funcionando. Vamos trabalhar de forma imediata o nosso objetivo prioritário número um: tirar as pessoas das zonas de risco.

JC - O senhor disse que muitos dos problemas do RS têm solução em Brasília, como pretende fazer a interlocução entre o Piratini e o Planalto?

Zucco - Entendo que várias pautas serão reunidas ou decididas de forma unilateral, do RS para com o governo federal. Mas grande parte das pautas podemos, sim, ter estratégias de parceiros nesta interlocução, como outros governadores, como a própria bancada federal, como os próprios senadores.